

## Regime das férias, faltas e licenças e suas consequências

 Online



14 horas

Preço : 243,00 € + IVA  
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1409

A gestão dos tempos de não trabalho são um elemento essencial para o trabalhador e a entidade empregadora, na medida em que são essenciais para que o trabalhador estabeleça a separação entre o período de trabalho e os tempos de não trabalho e, do ponto de vista da entidade empregadora são essenciais para que a empresa saiba da disponibilidade dos trabalhadores e as consequências das suas ausências.

O conhecimento do enquadramento legal do regime das férias, faltas, feriados e licenças é essencial para que ambas as partes tenham o correto conhecimento dos seus direitos e deveres.

### Destinatários



#### Para Quem?

- Responsáveis pelos Recursos Humanos e trabalhadores com funções no domínio dos recursos humanos, Dirigentes, advogados, consultores jurídicos e solicitadores, contabilistas certificados e trabalhadores com responsabilidades e/ou interesse em conhecer o regime jurídico-laboral dos trabalhadores.



#### Pré-requisitos:

- Conhecimentos no domínio da legislação laboral da administração pública.

### Percurso de aprendizagem

#### Sessão Formação - Online (2 dias / 14h00m)

**1 - A Lei do Trabalho em Funções Públicas e o novo paradigma de Gestão de Recursos Humanos**

**2 - A articulação com o Código do Trabalho e a aproximação dos dois regimes**

**3 - Direitos e deveres da entidade empregadora pública e do trabalhador e consequências da sua violação**

**4 - Os horários de trabalho: modalidades, regimes e consequências**

- Trabalhadores com direitos especiais ao nível dos horários de trabalhos

**5 - O regime das faltas**

- Tipologia das faltas e suas consequências
- Elenco de faltas
- Procedimento de comunicação e justificação de faltas

**6 - Regime das férias**

- O direito a férias nas suas vertentes de aquisição, consolidação, vencimento e gozo
- Contabilização dos dias de férias: 5 situações distintas

## 7 - As licenças especiais

- Licenças no regime do Estatuto do Trabalhador Estudante e suas consequências
- Licenças no regime da parentalidade e suas consequências
- Licenças no regime do trabalhador cuidador informal não principal e suas consequências



### Objetivos

- Conhecer o regime jurídico-laboral dos tempos de não trabalho dos trabalhadores em funções públicas.



### Métodos pedagógicos

- A exposição do regime legal é acompanhada do método dinâmico de apresentação de casos práticos e de exemplificação e simulação de situações práticas de aplicação do regime legal.
- Recurso ao método dinâmico de identificação dos normativos legais aplicáveis e das consequências práticas da sua aplicação.



### Pontos fortes

- Cursos de formação com robusta componente prática e exemplos reais;
- Conhecimento do regime legal completo e da sua implementação prática.

## Formadora



### **Filipa Magalhães**

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Políticas e Mestre em Direito (pré-Bolonha) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na vertente de Ciências Jurídico-Políticas. Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formadora em acções e oradora em seminários promovidos pela Ordem dos Contabilistas Certificados – com a qual tem colaborado na elaboração de manuais do Direito do Trabalho – UNAVE, CEFA, IGAP entre outras entidades.

Coordenadora e Autora do Livro “Descomplicar o Orçamento de Estado 2015”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2016”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2017”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2018” e “Descomplicar o Orçamento de Estado 2019”, da Vida Económica. Autora do Livro “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Guia Prático” da Vida Económica e co-autora dos livros “Manual de emprego Público”, “Manual do Contrato de Trabalho” e “Manual de Trabalho para o 3.º sector” da Vida Económica.

Co-autora do “Regulamento Comunitário de Protecção de Dados – Manual Prático” da Vida Económica. Árbitra do Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD – na área de emprego público. Frequentou a 3.ª Edição do Curso “Protecção de Dados – Regulamento Geral de Protecção de Dados, Diretivas da EU e Legislação Nacional. Foi, durante 10 anos, docente na Universidade de Aveiro e atualmente assume a função de docente no Curso de “Implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados nas organizações” que conta com a 5.ª Edição e no MBA “Direção Técnica no Terceiro Setor” da Coimbra Business School.



## Datas 2026 - Référence 1409



Últimas inscrições



Realização garantida

De 2 abr a 9 abr

De 7 jul a 16 jul